

CORPOS JOVENS AUTOPUBLICADOS: IMPLICAÇÕES ÉTICAS NA PESQUISA

Tales Gubes Vaz
tales.gubes@gmail.com
Faculdade Lions

ISSN 2316-6479

Resumo

Neste artigo, problematizo questões éticas relacionadas à pesquisa envolvendo adolescentes que publicam imagens nuas de si próprios no ciberespaço. Exploro noções de erotismo e pornografia, sexualidade, cultura visual, juventude e ciberespaço, tecendo relações entre elas de modo a refletir sobre as imagens autopublicadas e as implicações que elas podem trazer para o trabalho de investigação acadêmica.

Palavras-chave: Sexualidade; Juventude; Cultura Visual; Ciberespaço.

Abstract

In this article, I discuss ethical matters related to research involving youth that publish online naked images of themselves. I explore notions of pornography and erotic, sexuality, visual culture, youth and cyberspace, establishing relations among them in order to analyze those self-published images and questioning their implications to an academic investigation.

Keywords: Sexuality; Youth; Visual Culture; Cyberspace.

O que leva um jovem a se fotografar nu e publicar suas imagens no ciberespaço, de modo que outros sujeitos possam observá-lo, frequentemente de forma anônima? Qual seria a diferença se esses jovens tivessem menos de 18 anos? Este artigo dá continuidade a questões lançadas em trabalho anterior (GUBES, 2012) a respeito de um projeto de pesquisa que vincula sexualidades, imagens e juventudes no ciberespaço. Mais especificamente, imagens de jovens nus publicadas por eles próprios em redes sociais estabelecidas específica ou prioritariamente em torno destas trocas. O propósito deste texto é refletir sobre as questões éticas relacionadas com essa proposta de investigação, considerando as limitações e perigos de se engajar neste estudo e de visualizar essas imagens.

Sexualidades e cultura visual no ciberespaço

Discutir sexualidades, afetos, desejos e práticas é algo que se mostra bastante complicado, por se tratar de um tema cercado de tabus. Mirzoeff (2004) considera que “sexualidade rompe. Se a cultura é frequentemente apresentada como um objeto discreto, uma teia contínua de relações sociais, a sexualidade é

o fio solto que desfaz o tecido” (p. 162). Dentro de uma sociedade que busca ser extremamente organizada e categorizada, o sexo é um dos momentos em que a trama racional afrouxa.

Gayle Rubin (1993) comenta que “a vida sexual humana será sempre sujeita à convenção e à intervenção humana. Ela nunca será completamente ‘natural’, nem que seja pelo fato de que nossa espécie é social, cultural e articulada” (p. 20). Por tratar de temas associados com a reprodução da espécie através da prática de sexo, a sexualidade é facilmente associada com a natureza e, portanto, dissociada de seu caráter cultural. Rubin (1993) assume o sexo como sendo sempre político, posto que se inscreve em meio a relações sociais e históricas em que desigualdades de poder participam ativamente, estejam os sujeitos conscientes disso ou não. O sexo não é anterior à cultura, ainda que o biológico seja pré-requisito para sua realização.

Assumo, junto com Jeffrey Weeks (1998), uma postura radicalmente pluralista, defendendo que toda prática erótica é positiva até que o contrário seja provado. Isso implica em recusar categorizações absolutas de certo ou errado e se guiar pelas situações concretas, ao invés de taxar práticas como “exibicionismo” ou, mais diretamente, “imprópria para menores”. Interessa-me o fato que, independente do desejo de coibir a sexualidade juvenil, como discutirei a seguir, ela continua vazando as restrições e encontrando meios de se expressar. No caso específico desse artigo, através de imagens de si autopublicadas. Isso não me exime de refletir acerca de possíveis consequências negativas destes atos, deslocando o olhar para um viés positivo, mas não ingênuo ou permissivo.

Minha aproximação ao objeto de estudo aqui delineado se dá por meio da cultura visual, que, enquanto um campo pós-disciplinar, se propõe a estudar não somente imagens e seus usos, mas como essas imagens e usos são constituídos através de relações sociais e históricas e, ao mesmo tempo, constroem os modos como lidamos com as imagens e as usamos. A noção de visualidade é central para o estudo da cultura visual, tomando conta das relações sociais que alteram a produção de sentidos em torno daquilo que observamos, inclusive condicionando ou interferindo no modo como percebemos ou deixamos de perceber algo.

Assim como acontece com a sexualidade, não são apenas os processos perceptivos biológicos e neurológicos que têm importância, embora certamente tenham, mas também a consideração cuidadosa das tramas de sentidos que circundam o observador. Como alertam Irene Tourinho e Raimundo Martins (2011, p. 54), “o ato de ver não acontece num vazio cultural; ao contrário, sempre acontece em contexto, e o contexto orienta, influencia e/ou transforma o que vemos”. Nossas posições nunca são plenamente iniciais ou novas, mas sempre carre-

gam reminiscências dos lugares em que estivemos anteriormente e das posturas que assumimos em outras circunstâncias.

As formas como os sujeitos (se) representam visualmente

derivam-se e ao mesmo tempo interagem de e com as formas de relação que cada ser humano estabelece, também com as formas de socialização e aculturação nas quais cada um se encontra imerso desde o nascimento e no decorrer da vida. Estas formas de relação contribuem para dar sentido à sua maneira de sentir e de pensar, de olhar-se e de olhar, não a partir de uma posição determinista, mas em constante interação com os outros e com sua capacidade de agenciamento (*agency*) (HERNÁNDEZ, 2007, p. 31).

As relações sociais realizadas através do ciberespaço oferecem possibilidades distintas em relação à experiência vivida fora do mundo digital, que se encontra limitada mais facilmente por questões físicas, como a distância e o tempo para atravessá-la. Como Carla Abreu defende (2010, p. 1), “as características dinâmicas e fluidas da internet proporcionam espaços favoráveis para a exploração de novas práticas de subjetividade”. Sobre as comunidades formadas online, a autora explica que as redes “resultam em imensos espaços de socialização onde a identificação, as afinidades e o grau de envolvimento dos usuários dependem da proposta que oferece cada comunidade e também das interações e intercâmbios que mantêm o movimento rizomático desses grupos sociais” (p. 3).

O ciberespaço, portanto, “torna-se um território simbólico de vínculos sociais, um ambiente de trocas de informações, textos, imagens, experiências de vida e um meio de contato e relacionamento social” (LIMA, 2009, p. 8). Isso não significa, entretanto, que o ciberespaço se configura como um mundo diferente do “real”. Dificuldades e enfrentamentos semelhantes aos encontrados cotidianamente também são vividos online, respeitadas as diferenças de mediação. Como Fernanda Bruno (2003, p. 4) aponta, a internet “expressa um modelo de comunicação descentralizado que se apresenta como uma alternativa bastante interessante aos meios de comunicação de massa”.

A pesquisadora danah boyd (2007) elenca quatro propriedades que caracterizam o que chama de “públicos mediados”: a permanência das informações, posto que a internet registra todas as interações que ocorrem nela e permite que sejam revisitadas futuramente; a buscabilidade, ou seja, a possibilidade de procurar através da rede por interesses semelhantes (ou dissonantes), facilitando a construção de comunidades; a replicabilidade, uma vez que todo conteúdo pode ser copiado e reescrito ao ponto de se perder a noção de originalidade; e a audiência invisível, uma vez que inúmeros usuários podem acessar os sites sem que suas presenças sejam notadas pelos produtores de conteúdo.

Todas essas propriedades têm relação com as imagens juvenis autopublicadas e devem ser levadas em consideração dentro de uma pesquisa que intente explorá-las. Contudo, também é necessário indagar acerca dos limites éticos envolvidos no uso dessas imagens e na produção de conhecimento a partir delas.

A ética e os perigos de trabalhar com imagens

Irene Tourinho lembra que “costumamos enfatizar privacidade e confidencialidade, em se tratando de pesquisas com pessoas, como condições básicas da convivência e interação com os participantes/colaboradores de qualquer estudo” (2012, p. 246). O que dizer de privacidade e confidencialidade quando lidamos com imagens que revelam rostos e corpos?

De início, aponto duas questões que precisam ser consideradas neste ponto. Sobre os sujeitos jovens que autopublicam suas imagens, existe uma preocupação acerca do dano que eles podem estar causando a si próprios e a seu futuro profissional pela prática do *sexting*, envio de mensagens de celular com conteúdo erótico. As explorações eróticas das suas próprias fotografias e as trocas entre pares que realizam poderiam resultar futuramente em situações embaraçosas ou comprometedoras, uma vez que as imagens poderiam se propagar incontrolavelmente. Será correto compartilhar essas imagens em mais um ambiente além do ciberespaço, aumentando as possibilidades de que os sujeitos venham a ser reconhecidos?

Além dos danos potencialmente autoinfligidos, os corpos publicados podem ser compreendidos como ‘pedofilia’, uma vez que trazem sujeitos menores de dezoito anos, e eu, como sujeito que visualiza essas imagens, poderia enfrentar reações adversas, inclusive jurídicas.

Essas questões mapeiam as duas preocupações que procuro expor neste artigo: a dificuldade de trabalhar com a categoria “juventudes”, por sua alegada incapacidade de tomar decisões esclarecidas, e a complicação quando esta categoria é colocada lado a lado com as noções de “sexualidades”, um perigo imposto pelo monstro contemporâneo da pedofilia (LOWENKRON, 2012).

Indaguei no início do artigo qual seria a diferença nas imagens caso seus sujeitos fossem considerados menores de idade, ou seja, ainda não tivessem 18 anos¹, idade a partir da qual legalmente podem produzir e interagir com conteúdos eróticos ou pornográficos, inclusive de si próprios. Essa questão não é lançada levemente, uma vez que meu interesse de pesquisa envolve especi-

1 Esta é uma questão ainda mais complexa por se tratar do ciberespaço, em que os territórios geográficos que distinguem países não são claros. Pelo contrário, eu posso acessar aqui no Brasil – onde a maioria legal é 18 anos – imagens de países cuja idade de consentimento seja menor que 18 anos.

ficamente jovens que ainda não chegaram à maioridade legal, mas que se fotografam e publicam imagens eróticas de si próprios. Acredito serem relevantes os contextos sociais em que tais jovens estão inseridos e de que forma eles constroem sentidos a partir dessas práticas, o que pode revelar diferenças consideráveis entre diferentes idades. Ricardo Campos (2010, p. 120) aponta:

Não podemos [...] ignorar a forma como as culturas juvenis têm utilizado a visualidade como território privilegiado de diálogo, campo de combate ideológico e simbólico, de afirmação identitária, de jogo e prazer, aproveitando aparelhos especializados como o corpo [...] e a criação de objectos culturais diversificados (*graffitti, stickers, tatuagens, fanzines, weblogs, fotologs, etc.*)

Uma questão importante para essa pesquisa é, mais do que *por que* fazem, *o que* fazem com e a partir dessas imagens. Não desejo adentrar nos interesses de sujeitos cuja excitação sexual se dá pela visão de corpos adolescentes: concernem-me, antes, os próprios jovens que efetuam as trocas dessas imagens e as relações que constroem entre si, em que a imagem do corpo parece ser a moeda de troca na espetacularização do eu empreendida.

Minha hipótese inicial para este estudo se sustenta na ideia de que os jovens se autopublicam em busca de validação de suas subjetividades através da exposição e da visibilidade, questões centrais para a investigação. Entendo, a partir dos argumentos de Paula Sibilia (2008), que elas sugerem tendências exibicionistas de espetacularização e de busca do reconhecimento de si a partir do olhar dos outros. Entretanto, essa busca pela validação de outros olhares também perpassa o processo de experimentar o próprio corpo como capaz de incitar apreciações eróticas. O contexto dessas práticas de exibição do próprio corpo também requisita uma reflexão sobre as maneiras como o público e o privado se imbricam, corrompendo distinções que outrora pudessem ser definidas claramente.

As imagens destes jovens frequentemente são produzidas em ambientes familiares, de acesso restrito pessoal e familiar. A replicabilidade apontada por boyd (2007) sugere que para uma imagem se tornar conhecida ou famosa no ciberespaço, geralmente a sua origem terá se perdido. O acesso a essas imagens facilitado pelo ciberespaço é subvertido de uma visão que seria tradicionalmente apenas privada para a amplitude do público. A facilidade para entrar em contato com a imagem de um sujeito nu sobre sua cama nos convida a refletir sobre o modo como o ciberespaço mistura e dilui as barreiras entre práticas e comportamentos considerados de ordem privada ou pública. Além disso, também ampliam as possibilidades de alcance não só das imagens, mas também das práticas e da formação de redes sociais e comunidades em torno

de interesses compartilhados, o que seria geográfica e juridicamente dificultado fora do ambiente digital.

Esse acesso facilitado impõe uma primeira questão ética na pesquisa: a quem estas imagens estão destinadas? Se qualquer um pode visualizá-las, isso significa automaticamente que eu, como pesquisador, tenho permissão tácita para usá-las em minha investigação, bem como para expô-las em eventos?

As visualidades envolvidas na produção de imagens nuas de si e na sua publicação em um contexto incontrolável de audiência e replicação perpassam não apenas os sujeitos que produzem essas imagens, mas também aqueles que as olharão, uma vez que “o significado de uma forma cultural e seu lugar ou posição no campo cultural não está inscrito no interior de sua forma. Nem se pode garantir para sempre sua posição” (HALL, 2009, p. 241). Os significados atribuídos são diferentes conforme a situação e a motivação em que o contato com a imagem se dá, além de uma série de outros fatores contextuais, como os conhecimentos prévios e as relações de afeto que a permeiam. No âmbito da pesquisa, a observação de corpos nus autopublicados pode ser justificada pelo interesse da produção de conhecimento. Contudo, esta investigação se pauta em um tipo específico de corpo sendo autoexposto: adolescentes.

Essa característica impõe reflexões e inclusive impedimentos que atravessam o processo de pesquisa, podendo inviabilizar que esses corpos se tornem alvo do olhar acadêmico. Isso não previne, obviamente, que sejam alvo de outros olhares – que, defendo, devem ser estudados e pensados independentemente de julgamentos morais tanto quanto a prática de mostrar-se publicamente de forma intencional.

Cabe refletir sobre o conceito de juventude, provavelmente o mais complexo envolvido nesta pesquisa. Faço tal afirmação não apenas a partir da dificuldade de definição, mas por obstáculos que podem se oferecer à realização da investigação em virtude de questões éticas, uma vez que tais práticas de autopublicação também são perpetuadas por sujeitos menores de idade. A produção e publicação de imagens nuas de si podem resultar em punições legais severas, como o fichamento de jovens em cadastros de criminosos sexuais, uma contradição legal frequente nos Estados Unidos, em que uma lei para proteger crianças e adolescentes causa-lhes mais mal do que benefícios.

O estudo destas práticas pode ser interditado legalmente, na medida em que a lei brasileira me proíbe de ter imagens consideradas obscenas de jovens menores de idade em meu computador. Esse impedimento legal funciona como uma barreira à produção de conhecimento sobre um grupo cujas práticas podem ser estudadas. O procedimento ético padrão ao se trabalhar com crianças e adoles-

centes requer que se peça aos pais uma permissão expressa de sua participação no estudo. Como James Sanders III e Christine Balangee-Morris (2008) apontam, esse é um dos casos em que as ferramentas para proteger esses sujeitos podem colocá-los em maior risco, uma vez que muitos deles não dialogam com seus responsáveis legais acerca de suas práticas de autopublicação ou de seus desejos sexuais, podendo tê-los atacados ou interrompidos pela intervenção familiar.

Além das dificuldades com a legislação que visa à proteção da juventude, também é problemática a aceitação desse tema dentro da academia e, especificamente, dos comitês de ética (SANDERS e BALANGEE-MORRIS, 2008). Isso ocorre pela oposição conceitual criada entre a noção de adulto e de criança ou adolescente. Enquanto o adulto é considerado capaz de fazer escolhas e consentir sua participação em relações sexuais, crianças e adolescentes não têm essa permissão. Nesse sentido, o que define a mudança de uma faixa etária para a outra é a transição da heteronomia da criança/adolescente para a autonomia do adulto (SPOSITO, 1997). Insisto que a demarcação de uma idade específica a partir da qual o sujeito estaria apto a consentir com o sexo, vê-lo e também expô-lo não representa fielmente as diferentes temporalidades vividas pelos sujeitos e as maneiras difusas com as quais aprendem, se interessam e afetam pelas sexualidades. Ignorar isso significa fechar os olhos para uma realidade que está lá, mesmo que legalmente proibida. Ressalto que a proibição interfere na pesquisa especialmente pela produção de imagens realizada por esses sujeitos, questão que trago para encaminhar algumas reflexões finais.

Cultura visual sem imagens? – Algumas considerações sobre a pesquisa

Creio ser necessário e pertinente destacar a opção que assumi ao não mostrar imagens neste artigo. Minha preocupação não é apenas legal, mas se dá especificamente sobre a possibilidade de sua identificação, do vazamento de suas práticas “privadas” rumo a um âmbito público que vai além do ciberespaço.

Não é apenas a investigação que corre riscos e precisa ser eticamente considerada, mas também o perigo de envolver sujeitos vulneráveis e expô-los de inúmeras formas. Seria um “caminho fácil” considerar que já consentiram – e recuso a noção de que jovens não têm capacidade de dar consentimento para aquilo de que participam, embora legalmente sejam incapazes – com a sua exposição quando decidiram se fotografarem nus e publicarem no ciberespaço, que se configura como um espaço que facilita a publicação e troca de imagens e informações de si entre usuários que manifestem interesse por temas em comum, independentemente de desejarem ou não se identificar.

Ainda que não tenha controle sobre quem verá suas imagens, presumo que os jovens considerem que suas famílias e conhecidos não tenham ciência ou interesse pelo ciberespaço ou pelos ambientes específicos em que esse tipo de imagem circula. O jogo erótico empreendido por eles é, nesse sentido, “privado”, na medida em que podem minimamente controlar quem inicialmente terá acesso às suas imagens, porém esse controle logo se dilui por conta das próprias características do ciberespaço.

Um dos focos desta investigação é compreender de que modo os jovens envolvidos na produção de imagens de si se relacionam com a exposição incontrollável a que, por escolha própria, estão submetidos. Essas questões me acompanham há algum tempo e tenho anonimamente seguido e registrado algumas percepções, porém decidi acolher o conselho de Kozinets (2010) e não entrar em contato com nenhum potencial colaborador antes de organizar precisamente meus interesses. O autor exemplifica situações em que aproximações desastrosas romperam com o vínculo de confiança necessário para estabelecer uma conexão com os colaboradores, gerando dificuldades futuras na realização da pesquisa. Para evitar que o mesmo destino seja compartilhado por meu estudo, optei por permanecer invisível. Enquanto meu trabalho de pesquisa não estiver organizado em torno de modos de proteger a mim e a meus colaboradores, considero mais adequado permanecer anônimo.

Entendo que as imagens nuas publicadas cumpram uma função de exibicionismo, de excitação do olhar não somente de um outro que é inacessível, mas presumível e confirmável à medida em que as fotografias são compartilhadas ou comentadas; creio que existem relações pessoais e afetivas que se constroem por intermédio do compartilhamento dessas imagens, instituindo laços entre sujeitos com curiosidades e excitações em comum.

Os conceitos de erotismo e pornografia se tornam importantes para balizar este estudo. Muitas vezes percebidos como distantes ou até mesmo opostos, aqui serão compreendidos como pertencendo a uma mesma esfera de incitação de prazeres e visibilidade de corpos, em consonância com os argumentos de Afonso Medeiros (2008). Ademais, seguirei a concepção de Jorge Leite Jr. (2012, p. 101), que defende a pornografia como “todo tipo de produção escrita, musical, plástica ou audiovisual que seja voltada para um mercado próprio e que tenha como principal objetivo a obtenção de lucro econômico através da excitação de seu público consumidor”. Esse é o tipo de produção em que não estou interessado; busco autopublicações amadoras que escapem de um circuito comercial. Isso não significa afirmar que as motivações que levam um sujeito a fazer pornografia de si sejam necessariamente óbvias ou que os sujeitos que

as olham não possam criar relações afetivas poderosas com os sujeitos fotografados. Elas apenas escapam aos interesses dessa investigação.

O papel do olhar do outro sobre os corpos publicados deixa de estar associado à interdição e à norma, ou seja, à regulação das práticas e exposições permitidas em certos contextos sociais, para a exibição de si e alimentação de egos (BRUNO, 2006). O ser visto e o ser reconhecido ganham prevalência sobre o agir conforme as normas. Entendo essas práticas como atravessadas por sexualidades pela vinculação que percebo entre esses momentos de ver o outro, ser visto e saber-se visto e principalmente apreciado. A possibilidade de sair do ciberespaço e instituir encontros *offline* existe, mas também não se configura como um fim que se encaixe nos interesses desta pesquisa.

A decisão de não utilizar as imagens neste artigo surgiram a partir da leitura da dissertação de Luiz Felipe Zago (2009), em que ele se questiona sobre o uso das imagens de perfil dos usuários de um site de relacionamento. Ele aceitou os Termos de Serviço do site, que definiam a proibição de uso dos conteúdos lá veiculados para diversos fins, como justificativa para não utilizar esses recursos visuais em seu texto, guardando-os como parte do seu arquivo pessoal de pesquisador.

A minha justificativa, neste primeiro momento, diz respeito às propriedades do ciberespaço definidas por danah boyd, em especial a replicabilidade, ou seja, a possibilidade de que este texto e conseqüentemente as imagens nele vinculadas sejam repetidas, copiadas e repassadas sem limites. Enquanto eu não tiver certeza sobre o uso das imagens destes sujeitos, creio ser adequado fazer o possível para preservá-lhes a identidade.

Pessoalmente, argumento que as imagens devem, sim, ser usadas como parte da investigação, pois não são mera ilustração, se constituindo no objeto central de análise. Entretanto, o que está em jogo não é apenas minha opinião: a ciência das práticas desses jovens por sujeitos envolvidos em relações de poder com eles – pais, professores, colegas – pode resultar em severas conseqüências.

Como lidar com esse dilema? Algumas soluções me parecem consideráveis, a começar pela substituição do nome desses sujeitos por apelidos e a ocultação do endereço de seus sites. Por não haver entrado em contato com eles, não sei o que pensam acerca da possibilidade de serem reconhecidos por indivíduos que circulem fora de suas relações no ciberespaço. Uma segunda solução seria, juntamente com as duas anteriores, ocultar os rostos quando mostrados em fotos através da edição das imagens.

Essas são considerações que parecem óbvias dentro do fazer ciência. Contudo, se a busca por uma pesquisa ética implica considerar e cuidar para que sejam atendidos e respeitados os interesses dos sujeitos pesquisados, não seria

o caso de ignorar tais cuidados e perpetuar a exposição construída por eles? Sigo este processo de investigação ciente de que não existirá uma resposta única ou fácil: o que haverá serão escolhas metodológicas e seus impactos sobre o campo.

Referências

ABREU, Carla. Sexualidades desobedientes, gêneros, subjetividades e identidades não-normativas nas redes sociais virtuais. In: FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis.

boyd, danah. Why youth (heart) social network sites: the role of networked publics in teenage social life. In: BUCKINGHAM, David. *MacArthur Foundation Series on Digital Learning – Youth, identity, and digital media volume*. Cambridge: MIT Press, 2007.

BRUNO, Fernanda. A rede e o problema da mediação: uma nota sobre o ciberespaço. *Série Documenta*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 12-13, p. 185-212, 2003.

_____. Quem está olhando? Variações do público e do privado em *weblogs*, *fotologs* e *reality shows*. In: FATORELLI, Antonio; BRUNO, Fernanda. *Limiares da imagem: tecnologia e estética na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CAMPOS, Ricardo. Juventude e visualidade no mundo contemporâneo. *Sociologia, problemas e práticas*. N. 63, 2010, p. 113-137.

GUBES, Tales. Questões éticas na pesquisa de corpos jovens autopublicados. In: CONECO, 2012, Niterói. *CONECO - Anais 2012*, 2012. p. 1-15.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KOZINETS, Robert. *Netnography: doing ethnographic research online*. London, California, New Delhi and Singapore: SAGE, 2010.

LEITE JR., Jorge. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. *Cadernos Pagu*. V. 38, jan-jun 2012, p. 99-128.

LIMA, Aline. Da cultura da mídia à cibercultura: representações do eu nas tramas do ciberespaço. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA, 3, 2009, Goiânia.

LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS, Afonso. *O imaginário do corpo entre o erótico e o obscuro*: fronteiras líquidas da pornografia. Goiânia: FUNAPE, 2008.

MIRZOEFF, Nicholas. *An introduction to visual culture*. Routledge: New York e London, 2004.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALLE, Michèle; HALPERIN, David (Orgs.). *The lesbian and gay studies reader*. New York and London: Routledge, 1993.

SANDERS III, James; BALLENGEE-MORRIS, Christine. Troubling the IRB: Institutional Review Boards' Impact on Art Educators Conducting Social Science Research Involving Human Subjects. *Studies in Art Education*, 49(4), 2008, p. 311-327.

SIBILIA, Paula. *O show do eu*: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SPOSITO, Marília. Estudos sobre juventude em educação: anotações preliminares. *Revista Brasileira de Educação*. Número especial: Juventude e contemporaneidade. São Paulo: ANPED, 37-52, 1997.

TOURINHO, Irene e MARTINS, Raimundo. Circunstâncias e ingerências da cultura visual. In: _____. *Educação da cultura visual: conceitos e contextos*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011.

TOURINHO, Irene. Imagens, pesquisa e educação: questões éticas, estéticas e metodológicas. In: MARTINS, Raimundo e TOURINHO, Irene. *Culturas das imagens: desafios para a arte e para a educação*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

WEEKS, Jeffrey. The meaning of diversity. In: NARDI, Peter; SCHNEIDER, Beth (Org.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. London and New York: Routledge, 1998.

ZAGO, Luiz Felipe. *Masculinidades disponíveis.com*: sobre como dizer-se homem gay na internet. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Minicurrículo

Tales Gubes é mestre em Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Produção Gráfica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor no curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Lions, em Goiânia.